

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A. Companhia Aberta CNPJ nº 92.781.335/0001-02 NIRE 43300007391

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, n.º 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 19 de abril de 2021, às 14:00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Ordinária:** (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Deliberar sobre a destinação de resultados e distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal. **Em Assembleia Extraordinária:** (i) Deliberar sobre proposta de aditamento do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Options), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 26 de abril de 2021, ("Plano de Opção de Compra") para fins de ampliar os colaboradores elegíveis a participar de tal plano e regular expressamente as consequências aplicáveis aos casos de cancelamento, extinção ou de qualquer forma de exercício parcial das opções de compra emitidas pela Companhia. (ii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria para o exercício social de 2022; (iii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022; (iv) Deliberar sobre a proposta de alteração e consolidação do Estatuto Social no que se refere a: (a) Artigo 5º - valor do capital social e quantidade de ações de acordo com o aumento do Capital Social aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27/01/2022; (b) Artigo 6º - limite máximo de número de ações para aumento de capital social por deliberação do Conselho de Administração; e, (c) Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br). Para poder participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia ou na forma digital, desde que validado pelo Sistema ICP Brasil. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até o dia 15.04.2021, às 18:00 horas, o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores por e-mail para agoe@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil aos cuidados da área de relações com investidores. Conforme previsto nos artigos 21-A e seguintes da ICVM 481/09, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto por meio do "Boletim de Voto a Distância" (Boletim), disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br).

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes





REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

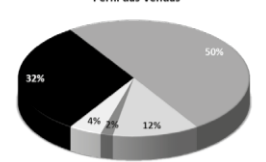
CNPJ/MF 94.845.674/0001-30
NIRE 43 3 0000283 7

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete à apreciação de V.S. as seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2021. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes. **Perfil da Companhia:** A RPR tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente, Gasolina, Óleo Diesel, Óleo Combustível Marítimo, Nafta Petroquímica, GLP, Aguarás, Óleos Especiais, Pentanos e Solventes Leves. **Ambiente Econômico e de Negócios:** O ano de 2021 foi marcado pelo aumento da mobilidade urbana e retomada da normalidade, principalmente, devido ao início da vacinação contra Covid-19. Apesar dos sinais de recuperação das principais economias, a retomada será longa e gradual, principalmente pelos riscos inflacionários decorrentes da pandemia nas principais economias do mundo. A estimativa do PIB brasileiro em 2021, segundo BCB, é de aumento de 4,7%. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 10,1%, acima da meta estipulada pelo Banco Central do Brasil e mais de 4 p.p. fora do limite de tolerância de 1,5 p.p.. A taxa básica de juros da economia encerrou 2021 em 9,25% a.a., sendo o maior patamar em mais de 4 anos. A cotação média do câmbio foi de R\$ 5,40/dólar, uma desvalorização de 4,6% da moeda nacional em relação ao ano anterior. A cotação da moeda americana no final do período foi de R\$ 5,58/dólar. A cotação média do petróleo Brent em 2021 foi de US\$ 70,7/barril, superior 69,8% em relação ao ano anterior e representando um aumento de 77,6% quando convertido em moeda nacional. A redução dos estoques mundiais de petróleo, motivada pelo cumprimento do acordo de cortes dos países pertencentes a OPEP, afetou diretamente os preços de petróleo e derivados, elevando sua cotação durante o ano. Conforme dados divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), no mercado brasileiro houve um aumento de 6,5% na demanda por derivados de petróleo em relação ao ano anterior, no Rio Grande do Sul o aumento foi de 6,0%. Em 2021, a indústria de refino de petróleo no Brasil manteve a prática de comercialização de derivados de petróleo correlacionados com preços referenciados em sua cotação internacional, porém operou com margens estreitas, tanto na Gasolina como no Diesel, reflexo do descolamento dos preços nacionais com o mercado internacional devido à defasagem da gasolina e diesel de, respectivamente, 8% e 5% na média do ano. **A REFINARIA RIOGRANDENSE: Contexto Operacional:** Em 2021 a RPR adquiriu petróleos, produtos e correntes intermediárias de origem nacional e importada, tendo processado essas matérias-primas e comercializado seus derivados principalmente na região sul do Brasil.

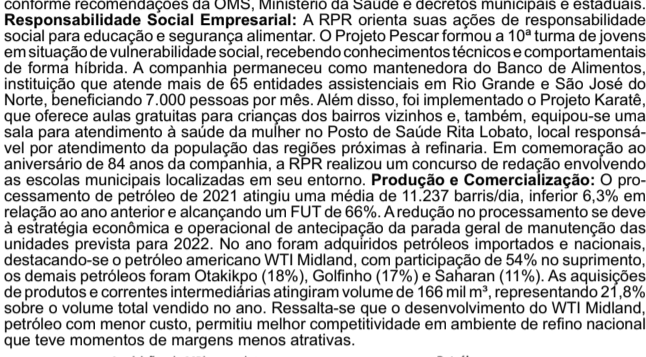
também nossa 1ª Semana de Conformidade onde abordamos a importância do programa de Conformidade e posturas éticas no trabalho. **Custos e Investimentos:** Em 2021 a RPR investiu R\$ 9,7 milhões em melhorias das suas instalações industriais, destacando-se: i) R\$ 7,3 milhões em investimentos operacionais, sendo R\$ 5,1 milhões em segurança, meio ambiente e atendimentos à requisitos legais e R\$ 2,2 milhões na confiabilidade da planta industrial; e ii) R\$ 2,4 milhões em paradas programadas de manutenção das unidades. **Pessoas:** A empresa atua na gestão de pessoas através de suas políticas de fortalecimento da cultura organizacional, desenvolvendo competências e habilidades dos seus colaboradores e oferece aos seus empregados um abrangente plano de benefícios, tais como: a participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, extensão da licença maternidade, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório na empresa e clube esportivo. Com relação a capacitação, o programa de treinamentos atingiu 248 colaboradores (82% do efetivo da empresa), totalizando 896 eventos e 8.140 horas em 2021, destacando-se a criação de um programa de desenvolvimento direcionado ao time de supervisores, propiciando evolução e aprimoramento na gestão de equipe. Em razão da pandemia, várias ações foram realizadas como forma de proteger a saúde dos nossos colaboradores, sendo as principais: afastamento das pessoas que fazem parte do grupo de risco; home-office e rodízio de equipes; alteração temporária do turno de revezamento de 6 para 8 horas; realização de reuniões e processos seletivos de forma on-line; além da adoção de todas as medidas de prevenção ao Covid-19, conforme recomendações da OMS, Ministério da Saúde e decretos municipais e estaduais.

As vendas de derivados atingiram volume de 762 mil m³, sendo 9,9% inferior ao ano anterior, impactado principalmente pela adequação da RPR às reduzidas margens de refino no último trimestre e a parada geral de manutenção. Em 2021, destaca-se o aumento de 13,2% nas vendas de Óleo Diesel AS10 e 8,8% no Óleo Diesel Marítimo. A participação da companhia no mercado gaúcho de gasolina e diesel passou de 13% em 2020 para 11% em 2021. Ainda, no último trimestre do ano, a RPR priorizou a comercialização dos seus produtos baseado na correlação com os preços internacionais, garantindo melhores margens decorrentes de preços baseados em paridade de importação.



Responsabilidade Social Empresarial: A RPR orienta suas ações de responsabilidade social para educação e segurança alimentar. O Projeto Pescar formou a 10ª turma de jovens em situação de vulnerabilidade social, recebendo conhecimentos técnicos e comportamentais de forma híbrida. A companhia permaneceu como mantenedora do Banco de Alimentos, instituição que atende mais de 65 entidades assistenciais em Rio Grande e São José do Norte, beneficiando 7.000 pessoas por mês. Além disso, foi implementado o Projeto Karatê, que oferece aulas gratuitas para crianças dos bairros vizinhos e, também, equipou-se uma sala para atendimento à saúde da mulher no Posto de Saúde Rita Lobato, local responsável por atendimento da população das regiões próximas à refinaria. Em comemoração ao aniversário de 84 anos da companhia, a RPR realizou um concurso de redação envolvendo as escolas municipais localizadas em seu entorno. **Produção e Comercialização:** O processamento de petróleo de 2021 atingiu uma média de 11.237 barris/dia, inferior 6,3% em relação ao ano anterior e alcançando um FUT de 66%. A redução no processamento se deve à estratégia econômica e operacional de antecipação da parada geral de manutenção das unidades prevista para 2022. No ano foram adquiridos petróleos importados e nacionais, destacando-se o petróleo americano WTI Midland, com participação de 54% no suprimento, os demais petróleos foram Otakikpo (18%), Gólfino (17%) e Saharan (11%). As aquisições de produtos e correntes intermediárias atingiram volume de 166 mil m³, representando 21,8% sobre o volume total vendido no ano. Ressalta-se que o desenvolvimento do WTI Midland, petróleo com menor custo, permitiu melhor competitividade em ambiente de refino nacional que teve momentos de margens menos atrativas.

Resultado Econômico-Financeiro: O resultado de 2021 foi impactado pelas elevações de preços de petróleos, volatilidade cambial e defasagens nos preços dos derivados no mercado nacional em relação aos preços internacionais, refletindo diretamente nas margens e volumes dos produtos comercializados. Outros impactos no resultado da Companhia foram a contabilização de R\$ 31,1 milhões de crédito tributário de PIS/COFINS, reconhecimento de R\$ 10,6 milhões de crédito de IR/CS e, também reconhecida a perda de R\$ 15,2 milhões relacionada à fraude em pagamento de fornecedor. Com isso, o ano finalizou com geração de EBITDA de R\$ 7,1 milhões e lucro líquido de R\$ 0,3 milhão.



Processos de Gestão: Em suas atividades empresariais a RPR busca a melhoria contínua em seus processos de gestão, com o objetivo de consolidar e avançar nas melhores práticas de segurança, meio ambiente, saúde e condutas éticas. Tivemos a oportunidade de realizar em nossas instalações a aplicação da vacina contra a Covid-19, encerrando 2021 com toda a força de trabalho imunizada. Durante o ano a RPR consolidou procedimentos e processos na busca pela excelência em SMS. Desenvolvemos e implementamos um novo ciclo do Programa Operar Seguro pautado em três pilares: pensamento seguro, atitude segura e ambiente seguro. Dentro de cada pilar, foram desenvolvidas com os conceitos diversas ações de envolvimento da força de trabalho que contou também com a participação dos familiares, visando fortalecer nossa cultura de segurança, garantindo assim a sustentabilidade do negócio. Seguimos com nosso compromisso com a prevenção de acidentes e capacitação em respostas aos cenários acidentais. Neste contexto foram realizadas 1.356 auditorias comportamentais, 459 inspeções de práticas seguras, 144 inspeções gerenciais e 358 registros no sistema de eventos de processo. Realizamos um treinamento prático em nível avançado para 93 brigadistas com o objetivo de fortalecer a atuação de nossa brigada de emergência e implementamos o dia do brigadista. Como resultado de uma gestão comprometida com SMS, repetimos um bom resultado em segurança, com um evento TAR e nenhum evento IFAP Tier 1. Em 2021 mantivemos nossas boas práticas de auditorias internas em SGI, SGSO e Conformidade, evoluímos no aspecto sobre a investigação de acidentes através de treinamentos e já contratamos uma auditoria de segunda parte em SGSO para 2022. Avançamos nas práticas de governança com a implantação do nosso canal de ética, disponível no nosso site para todos os nossos públicos de interesse e realizamos

R\$ milhões	2021	2020	Δ 21/20
Receita Bruta	3.029,4	2.317,3	31%
Receita Líquida	2.092,8	1.455,7	44%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	0,3	(63,5)	100%
EBITDA	7,1	(61,4)	112%

Endividamento: A partir de outubro de 2021, a RPR aumentou o nível da dívida bancária, como medida para melhorar a condição financeira e o planejamento da renovação dos empréstimos. Sendo assim, a Companhia encerrou o exercício com uma dívida bruta de R\$ 251,3 milhões, superior R\$ 81,0 milhões em relação a 2020. A dívida líquida finalizou o ano em R\$ 160,6 milhões, conforme abaixo:

R\$ milhões	2021	2020
Emprést. e financ. CP	252,7	170,3
Instrumentos derivativos financ.	(1,4)	-
Total da Dívida	251,3	170,3
Caixa	90,7	97,0
Dívida líquida	(160,6)	(73,4)

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	90.700	96.953	
Contas a receber de clientes	6	10.187	47.033	
Instrumentos financeiros derivativos	18d	1.871	232	
Estoques	7	110.500	141.716	
Impostos a recuperar	8	36.085	4.814	
Outros ativos circulantes	14c	24.151	896	
		<u>273.494</u>	<u>291.644</u>	
Não circulante				
Depósitos judiciais	14	2.686	2.446	
Outros ativos não circulantes	6	293	441	
Impostos diferidos	21	4.928	-	
Imobilizado	10	183.599	187.454	
Intangível		109	127	
		<u>191.615</u>	<u>190.468</u>	
Total do ativo		465.110	482.112	

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de Reais)				
Passivo Circulante	Nota	31/12/2021	31/12/2020	
Financiamentos e empréstimos	11	252.690	170.315	
Fornecedores	12	73.331	152.593	
Instrumentos financeiros derivativos	18d	1.956	2.021	
Impostos e contribuições a recolher	13	10.138	27.625	
Salários e encargos sociais		3.969	4.367	
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	5.321	585	
Provisão para benefício pós-emprego	15	5.085	5.259	
Outros passivos circulantes		1.977	998	
		<u>354.466</u>	<u>363.753</u>	
Não circulante				
Impostos diferidos	21	-	3.390	
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	7.222	13.974	
Provisão para benefício pós-emprego	15	53.358	68.778	
		<u>60.580</u>	<u>86.142</u>	
Patrimônio líquido	17			
Capital social		50.477	50.477	
Ajustes de avaliação patrimonial		32.914	17.545	
Prejuízo acumulado		(33.328)	(35.805)	
		<u>50.064</u>	<u>32.217</u>	
Total do passivo e patrimônio líquido		465.110	482.112	

Demonstração do resultado				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2021	2020	
Receita operacional líquida	18	2.092.786	1.455.747	
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	(2.068.756)	(1.491.440)	
Lucro (prejuízo) bruto		24.030	(35.693)	
Outras receitas operacionais	19	6.877	239	
Despesas com vendas	22	(19.520)	(15.561)	
Despesas gerais e administrativas	22	(27.424)	(23.909)	
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(16.037)	(74.923)	
Receitas financeiras	20	17.507	4.214	
Despesas financeiras	20	(16.605)	(25.856)	
Resultado financeiro, líquido		902	(21.643)	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(15.135)	(96.567)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	7.131	1.053	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	8.317	31.989	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		312	(63.525)	
Lucro (prejuízo) por ação				
Lucro por ação ordinária básico (em R\$)		0,0191	(3,8949)	
Lucro por ação preferencial básico (em R\$)		0,0210	(4,2844)	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)							
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros retidos	Dividendo adicional proposto	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50.477	16.563	1.803	24.184	-	93.027	(63.525)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(63.525)	3.212
Outros resultados abrangentes	-	982	-	-	-	2.230	(61.295)
Total de resultados abrangentes no exercício	-	982	-	-	-	2.230	(496)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	(496)	-	-	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido			(1.803)	(23.688)	-	25.491	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(35.804)	32.217
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.477	17.545	-	-	-	32.217	312
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	312	312
Outros resultados abrangentes	-	15.369	-	-	-	2.165	17.534
Total de resultados abrangentes no exercício	-	15.369	-	-	-	2.477	17.846
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.477	32.914	-	-	-	(33.327)	50.063

Demonstração do resultado abrangente				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2021	2020	
Lucro líquido do exercício		312	(63.525)	
Ganhos (perdas) não realizados (as) com derivativos	18d	298	579	
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benef. definidos	15	17.236	2.634	
Outros resultados abrangentes		17.534	3.213	
Resultado abrangente total		17.846	(60.312)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia" ou "RPR") é uma sociedade de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. São sócios da Companhia: Ultrarpar Participações S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Braskem S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,585% de ações preferenciais). Suas atividades principais são o refino de petróleo e a comercialização dos seus derivados e correlatos. Os principais produtos produzidos pela RPR são Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, GLP (Gás de Cozinha), Aguarás e Solventes Especiais. **2 Base de preparação:** a. **Base de elaboração:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia gerou lucro líquido de R\$ 312 (prejuízo de R\$ 63.525 em 2020), totalizando prejuízos acumulados de R\$ 33.328 (R\$ 35.805 em 2020). Essa situação levanta a necessidade da Administração efetuar uma avaliação da capacidade da Companhia continuar gerando fluxos de caixa suficientes para reverter o prejuízo acumulado e continuidade das atividades operacionais. A avaliação da administração considerou a projeção de resultado com base no plano de negócios da Companhia, a qual foi elaborada tendo por base a situação atual dos ativos e passivos e ações futuras planejadas pela Administração, bem como certas premissas macroeconômicas e setoriais relevantes. Ações planejadas que impactam as estimativas de fluxos de caixa incluem: • Alongamento das dívidas existentes e renovações de dívidas de curto prazo; • Aumento da diversificação da matéria-prima via aquisição de petróleos com perfil mais pesado e com menores custos; Considerando esta projeção, a Administração acredita que o pagamento das obrigações ocorrerá conforme planejado e que a geração de fluxo de caixa será suficiente para atender as obrigações e garantir a sustentabilidade do negócio. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **b. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **c. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Adoção do custo atribuído aos itens do ativo imobilizado - em 1º de janeiro de 2009; • Instrumentos financeiros derivativos; e • Ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e. Uso de estimativas, premissas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 10** - Imobilizado (vida útil do ativo imobilizado); • **Nota 14** - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; • **Nota 15** - Provisão para benefício pós-emprego; • **Nota 17** - Instrumentos financeiros derivativos. **3 Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quan-

do a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como con-

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2021	2020	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(15.135)	(96.567)	
Ajustes por:				
Depreciação e amortização		13.480	13.491	
Encargos financeiros não realizados sobre financiamentos		14.190	4.721	
Provisão para estoques		112	(148)	
(Reversão) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas		(2.016)	517	
Provisão para benefício pós-emprego		1.642	1.127	
Total ajustado por		27.408	19.708	
Variações nos ativos e passivos				
Redução (Aumento) em contas a receber		36.846	66.031	
Redução (Aumento) nos estoques		31.103	(12.425)	
Redução em fornecedores		(79.262)	(51.742)	
Redução (Aumento) dos demais grupos do ativo		(49.359)	53.865	
Aumento (Redução) dos demais grupos do passivo		(12.156)	(63.609)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.27		

Continuação
 ceiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros** - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge** - A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deveria ter a sua ocorrência como altamente provável e deveria apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final afetem o lucro líquido reportado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas a seguir. **Hedges de fluxos de caixa** - Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (hedge) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem até que a transação prevista afete o resultado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. **b. Estoques** - Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, do qual o menor. No valor de custo dos estoques estão incluídos os custos de aquisição e gastos relacionados ao processo produtivo. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não pode exceder ao valor de reposição. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. A Companhia optou por registrar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos. O custo incluído gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo método de custo de aquisição inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local necessário para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **(ii) Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente gerarão receita para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida nos resultados baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia considera as seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado: Edificações e benfeitoria - 60 anos; Máquinas, equipamentos e instalações de operações - 8-35 anos; Móveis e utensílios - 8-32 anos; Computadores e periféricos - 5-8 anos; Veículos - 10 anos. Os efeitos em taxas médias de depreciação para os itens com intervalo de tempo de vida útil estão apresentados na nota explicativa 10. **d. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Instrumentos financeiros** - A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Ativos financeiros com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros ativos financeiros bancários para os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. **e. Benefícios concedidos a empregados**: Os compromissos atuariais com os planos de seguro de vida e de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período de serviço dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos de assistência médica, despesas de hospitalização, entre outros. Os dados históricos de gastos incorridos de contribuições dos empregados. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefícios definidos em outros resultados abrangentes. **f. Provisões**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g. Capital social: Ações ordinárias** - As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais**: As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, são reconhecidos como passivo circulante. **h. Receita operacional**: A receita relacionada aos produtos e serviços consistem na comercialização de derivados de petróleo e seus correlatos. A receita é reconhecida quando da transferência do controle dos produtos e serviços aos clientes e tem um valor que reflete a contraprestação que esperamos receber em troca desses produtos ou serviços. Os valores faturados são registrados no contas a receber e na receita ou adiamento de clientes, dependendo do atendimento aos critérios de reconhecimento da receita. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **j. Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. **k. Arrendamentos**: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **l. Novas normas e interpretações**: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As normas e interpretações emitidas pelo IASB estão abaixo apresentadas: • Concessões de aluguéis relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); e • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2); • Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12). **4 Gerenciamento de risco financeiro**: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos

advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco - a. Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber de clientes** - O risco de crédito é administrado por procedimentos de aceitação de clientes, a análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, com exigência de garantias. A Companhia não possui histórico de perdas e não registra provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e títulos de investimento. A Companhia realiza análises de crédito destinadas a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes, bem como as respectivas garantias a serem exigidas. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pelo comitê de crédito composto pelas áreas financeira e comercial sob a coordenação da gerência financeira, no qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se de fontes internas e externas. Estas diretrizes visam permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a gerência financeira e a diretoria na avaliação e concessão deste crédito. A Companhia possui 48 clientes no seu ramo principal (venda de combustíveis e solventes, com prestação de serviços de carga, descarga e armazenagem), sendo aproximadamente 20% do faturamento nesse mercado atribuído a operações com Vibra Energia, 18% com Ipiranga e 12% com Raizen. **b. Risco de liquidez**: A abordagem da Companhia na administração de liquidez de mercado e fluxo de caixa é garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e de empréstimos e financiamentos. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender as atuais demandas por recursos, o que inclui, mas não se limita, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. **c. Risco de mercado: Risco da taxa de câmbio** - O risco de mercado a que está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio. Como toda aquisição de petróleo da Companhia é precificada em moeda americana, sendo as vendas destinadas ao mercado nacional, há a necessidade de se acompanhar essas flutuações, de modo que a Companhia aplique uma gestão ativa de sua dívida, monitorando sua exposição cambial. A Companhia protege (hedge) de 90 a 100 por cento de seu fluxo de caixa esperado de moeda estrangeira com relação a compras de petróleo firmadas em contrato. **Risco de taxa de juros** - A Companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações do CDI diário. **Exposição a riscos de commodities e preços de derivados de petróleo** - O resultado da Companhia está diretamente associado ao negócio de refino de petróleo e venda de seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. A maior parte dos seus produtos são vendidos no mercado nacional. O petróleo cru é a matéria-prima principal da Companhia e tem seus preços expostos a cotação internacional. Para vendas no Brasil, os preços finais de derivados são definidos em consonância com a política de preços do maior refinador do Brasil, a Petrobras. **d. Risco operacional**: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto os riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A Administração estabelece controles para administrar os riscos operacionais e gestão eficaz dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	569	98
Caixa e bancos	90.131	96.855
Aplicações financeiras	90.700	96.953
Total	181.400	193.806

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2021 são oriundos de renda fixa e remuneradas de 95% a 102% do CDI (97% a 102% do CDI em 2020). As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, pois são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes		
Circulante		
Partes relacionadas (nota explicativa 9)	9.042	14.961
Clientes	1.145	32.072
Total	10.187	47.033

	31/12/2021	31/12/2020
Não Circulante		
Clientes	293	441
Total	293	441

Exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Administração da Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria. A Companhia não possui títulos vencidos na posição de contas a receber em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia estimou as perdas prospectivas das contas a receber e considerou o valor não relevante.

	31/12/2021	31/12/2020
7 Estoques		
Produtos acabados	25.764	22.274
Produtos em elaboração	28.046	36.225
Matérias-primas	37.632	66.608
Materiais para manutenção	19.058	16.609
Total	110.500	141.716

Durante o exercício de 2021, devido às margens de comercialização de derivados de petróleo, a Companhia testou as linhas de produtos para identificação de impairment e reduziu o valor dos estoques de produtos acabados aos valores realizáveis líquidos, no montante de R\$ 188 (R\$ 76 em 2020) esta provisão está registrada na conta de "provisão para ajuste a valor de mercado" e é uma redutora da conta de estoques. As movimentações da provisão para impairment nos estoques esta demonstrada no quadro abaixo:

	2021	2020
Saldo no início do exercício (Adições) / Reversão	(76)	(224)
	142	44
	(188)	(78)
Total	188	414

	31/12/2021	31/12/2020
8 Impostos a recuperar		
Circulante		
IRPJ e CSLL (a)	12.371	4.397
PIS e COFINS (b)	10.756	417
ICMS (c)	12.958	-
Total	36.085	4.814

(a) Do montante de R\$ 12.371, R\$ 7.130 referem-se ao ganho de processo judicial relativo ao reconhecimento do direito de não-tributação da correção monetária sobre o processo tributário de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS. Decorrente do ganho, o valor que anteriormente havia sido tributado para fins de IRPJ e CSLL no exercício de 2019 e foi reconhecido no exercício corrente. (b) Do montante de R\$ 10.756, R\$ 10.694 referem-se ao saldo do crédito decorrente do ganho em processo tributário transitado em julgado que buscou afastar a majoração das alíquotas do PIS e do COFINS sobre Combustíveis, promovida pelo art. 1º do Decreto nº 8.395/15, conforme detalhado na nota explicativa 19. (c) O montante de ICMS a recuperar no final do exercício reflete o fluxo operacional cujos valores em dezembro/2021 geraram redução de débitos devido ao menor volume de vendas. **9 Partes relacionadas**: As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	2021		2020	
	Contas a receber circulante	Receita operacional bruta	Contas a receber circulante	Receita operacional bruta
Empresas				
Braskem S.A.	-	6.913	-	104.905
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	130	1.776	214.383	232.656
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	841	-	602.045	-
Liquigás Distribuidora S.A.	5	-	45.581	-
Iconic Lubrificantes S.A.	169	-	11.914	-
Total	1.145	1.776	880.836	337.561

	2020		2021	
	Contas a receber circulante	Receita operacional bruta	Contas a receber circulante	Receita operacional bruta
Empresas				
Braskem S.A.	-	601	-	89.984
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	27.272	95.138	137.616	450.039
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	-	-	2.481
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	17	299.176	-
Liquigás Distribuidora S.A.	1.253	-	19.914	-
Companhia Ultrazag S.A	-	-	1.551	-
Oxígeno	409	-	6.664	-
Iconic Lubrificantes S.A.	672	-	6.305	-
Total	32.072	95.756	491.218	542.504

As operações comerciais da Companhia com suas partes relacionadas são efetuadas a preços e condições estabelecidos entre as partes e alinhadas com as práticas de mercado. **Remuneração do pessoal-chave da administração**: A remuneração fixa de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2021 foi de R\$ 2.005 (1.949 no exercício de 2020), encargos sociais de R\$ 542 (R\$ 510 em 2020) e os benefícios atingiram o valor de R\$ 136 (R\$ 191 em 2020), referente a diretores e conselheiros. O plano de benefícios aos administradores da Companhia inclui plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, entre outros. A remuneração variável dos administradores é calculada, ao final do exercício, de acordo com uma Política de Remuneração Variável, onde a participação nos resultados é baseada em objetivos e metas pré-estabelecidos, anualmente, entre a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia. Não houve destinação de remuneração variável aos administradores nos anos de 2021 e 2020. **10 Imobilizado: a. Composição dos saldos**

	31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa média de Depreciação % a.a.	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	12,272	-	12,272	12,272
Edificações e benfeitorias	2	45.873	(19.895)	25.978
Máquinas, equipamentos	4	311.643	(178.193)	133.450
Móveis e utensílios	2	3.328	(2.361)	967
Computadores e periféricos	13	5.409	(4.223)	1.186
Veículos	14	1.309	(1.058)	251
Obras em andamento	-	9.472	-	9.472
Outros	10	79	(56)	23
Total		389.385	(205.786)	183.599

	31/12/2020		31/12/2019	
	Taxa média de Depreciação % a.a.	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	12,272	-	12,272	12,272
Edificações e benfeitorias	2	45.873	(18.407)	27.466

	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Máquinas, equipamentos	4 308.679	(167.039)	141.640	151.023
Móveis e utensílios	2 3.267	(2.229)	1.038	1.116
Computadores e periféricos	13 5.276	(3.762)	1.514	1.920
Veículos	14 1.309	(841)	468	679
Obras em andamento	- 3.026	-	3.026	2.021
Outros	10 79	(49)	30	30
Total	379.781	(192.327)	187.454	196.977

	31/12/2020		31/12/2021	
	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(18.405)	-	-	(18.405)
Máquinas, equipamentos e instalações de operações	(167.039)	(1.489)	-	(168.528)
Móveis e utensílios	(2.230)	(11.162)	-	(13.392)
Computadores e periféricos	(3.762)	(132)	2	(3.892)
Veículos	(841)	(461)	-	(1.302)
Outros	(49)	(218)	-	(267)
Total	(192.326)	(13.462)	-	(205.786)

	31/12/2020		31/12/2021	
	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(16.933)	(1.473)	-	(18.406)
Máquinas, equipamentos e instalações de operações	(155.905)	(11.134)	-	(167.039)
Móveis e utensílios	(2.101)	(128)	-	(2.229)
Computadores e periféricos	(3.239)	(523)	-	(3.762)
Veículos	(630)	(211)	-	(841)
Outros	(44)	(5)	-	(49)
Total	(178.852)	(13.474)	-	(192.326)

Durante o exercício de 2021 a Companhia realizou revisões periódicas da vida útil econômica dos itens de imobilizado, sendo que não houve alterações relevantes na vida útil estimada nos exercícios anteriores. Além disso, a Administração efetuou análise de eventuais indicadores de impairment do seu ativo imobilizado e não detectou fatores que pudessem indicar a existência de perdas.

Características	Saldos em		Valor de principal	Encargos Financeiros	Ano de Vencimento
	31/12/2021	31/12/2020			
Moeda nacional					
Finame	-	11	157	5,50% a.a.	2021
Empréstimos	-	43.395	42.500	231,50% CDI	2021
Empréstimos	-	51.072	50.000	230,00% CDI	2021
Empréstimos	-	55.609	55.000	205,00% CDI	2021
Empréstimos	-	20.228	20.000	210,50% CDI	2021
Empréstimos	53.411	-	50.000	169,00% CDI	2022
Empréstimos	31.330	-	30.000	150,00% CDI	2022
Empréstimos	20.041	-	20.000		

Continuação				
Custo de serviço corrente	98	(586)		
Custo dos juros	88	94		
Composição das despesas no ano	186	(492)		
	Seguro de Vida	2021	2020	
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(6.487)	(4.226)		
Despesas no ano	(424)	(272)		
Benefícios pagos pela empresa no ano	270	247		
Reconhecimento imediato dos ganhos/(perdas) em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	635	(2.236)		
Saldo final em 31 de dezembro	(6.006)	(6.487)		
Custo dos juros	424	272		
Composição de despesas no ano	424	272		
	Plano Médico	2021	2020	
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(66.226)	(69.213)		
Despesas no ano	(4.801)	(4.872)		
Benefícios pagos pela empresa no ano	3.331	3.219		
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	16.260	4.640		
Saldo final em 31 de dezembro	(51.436)	(66.226)		
Custo de serviço corrente	4.801	4.872		
Custo dos juros	4.801	4.872		
Composição de despesas no ano	4.801	4.872		
	Total	2021	2020	
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(74.037)	(75.544)		
Despesas no ano	(5.411)	(4.652)		
Benefícios pagos pela empresa no ano	3.769	3.526		
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	17.236	2.633		
Saldo final em 31 de dezembro	(58.443)	(74.037)		
Custo de serviço corrente	98	(586)		
Custo dos juros	5.313	5.238		
Composição de despesas no ano	5.411	4.652		
Os ganhos ou perdas atuariais relacionadas à valorização das obrigações presentes para os benefícios de longo prazo a empregados são registrados em outros resultados abrangentes. Para os benefícios que compõem o saldo de passivo registrado pela Companhia não há ativos dos planos a serem mensurados a valor justo. A apresentação dos montantes devidos por benefícios a empregados em passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 considera a parcela das despesas projetadas para o exercício de 2022, conforme demonstrado a seguir:				
	Multa do FGTS	Seguro de Vida	Plano Médico	Total
Custo do serviço	74	-	-	74
Custo dos juros	85	511	4.415	5.011
Total	159	511	4.415	5.085
A composição final dos montantes apresentados no passivo está demonstrada abaixo:				
	31/12/2021	31/12/2020		
Seguro de vida	6.006	(6.487)		
Plano de assistência médica e odontológica	(51.436)	(66.226)		
Multa FGTS	(1.001)	(1.324)		
Total	(58.443)	(74.037)		
Circulante	(5.085)	(5.259)		
Não circulante	(53.358)	(68.778)		
A movimentação dos registros de ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes durante os exercícios está apresentada abaixo:				
	Outros resultados abrangentes			
	(21.829)			
Perdas atuariais acumuladas em 31/12/2019	2.634			
Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2020	(19.195)			
Perdas atuariais acumuladas em 31/12/2021	(17.236)			
Perdas atuariais acumuladas em 31/12/2021	(1.959)			
As principais premissas adotadas no cálculo da Companhia foram as seguintes:				
	2021	2020		
Taxa de desconto nominal acrescida da inflação (Plano Médico)	8,91	7,48		
Taxa de desconto nominal acrescida da inflação (Seguro de Vida)	8,91	6,79		
Taxa de inflação (longo prazo)	4	4,00		
Taxa de crescimento dos custos médicos	7,38	7,38		
Fator nominal de crescimento do saldo do FGTS	3,34	3,43		
Fator de capacidade dos salários e benefícios	98	98		
Premissas biométricas utilizadas (consistentes em todos os anos apresentados):				
• Tábua de mortalidade - AT 2000 Basic suavizada em 10% e segregada por sexo (*);				
• Tábua de rotatividade - Towers Watson ajustada ao estudo de 2006;				
• Tábua de mortalidade de inválidos - RRB 1983;				
• Tábua de entrada de invalidez - RRB 1944 modificada;				
• % de participantes ativos casados na data da aposentadoria: 95%;				
• Diferença de idade entre participante e cônjuge esposas são 4 anos mais (ovens que os maridos);				
• Idade de aposentadoria: 25 anos de tempo se serviço e 50 anos de idade. Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábua de mortalidade CSO-80;				
16 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias e 10.137.525 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis. As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos). Não houve alterações no comparativo com 2020. b. Reserva de lucros: Reserva legal - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da companhia, até o limite de 20% do capital social. Devido ao prejuízo acumulado, não houve destinação para a reserva legal no exercício corrente (R\$ 0 em 2020). c. Remuneração aos acionistas: Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S/A e de acordo com o estatuto social da Companhia. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias. Devido ao prejuízo acumulado não houve destinação de dividendos em 2021 e 2020. d. Ajustes de avaliação patrimonial: Constituída em decorrência da opção pela adoção do custo atribuído (deemed cost) que ajustou os saldos de abertura dos bens do ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. O ajuste do custo atribuído registrado na reserva de ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Os demais valores que compõem a conta são referentes à variação do valor justo dos planos de benefício a empregados e ganhos e perdas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos. 17 Instrumentos financeiros: O efeito da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia não gerou impactos significativos em relação à norma anterior, exceto pela classificação dos instrumentos financeiros. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram representadas para refletir os novos requerimentos, quando aplicável. a. Classificação dos instrumentos financeiros: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:				

b. Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito			
- A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:			
	31/12/2021	31/12/2020	
Valor Contábil			
Caixa e equivalentes de caixa	90.700	96.953	
Contas a receber de clientes	10.187	47.033	
Ganhos não realizados com derivativos	1.871	232	
Outros ativos circulantes	24.151	896	
Total	126.909	145.114	
Todos os montantes apresentados estão relacionados ao mercado nacional, não existindo recebível em aberto no mercado externo. c. Risco de liquidez: A seguir, estão os prazos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:			
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses
Passivos financeiros não derivativos			
Financiamentos e empréstimos	252.690	275.570	275.570
Fornecedores	73.331	73.331	73.331
Total	326.021	348.901	348.901
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses
Passivos financeiros não derivativos			
Financiamentos e empréstimos	170.315	173.003	173.003
Fornecedores	152.593	152.593	152.593
Total	322.908	325.596	325.596
d. Risco cambial: Instrumentos financeiros derivativos - risco cambial - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF - "Non Deliverable Forward"). Ainda, em 2019, a Companhia utilizou um instrumento derivativo (Swap) para proteger sua captação em dólar (Finimp), eliminando a exposição cambial (libor + variação cambial) por troca de ativo atrelado a juros pós-fixados (percentual de CDI). A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia e que estão refletidos nas contas patrimoniais:			
	Moeda	Vencimento	
Tipo de instrumento / proteção COMPRA			
NDF - Importação de matéria prima	US\$	24/01/2022	5,678
NDF - Importação de matéria prima	US\$	24/01/2022	5,692
NDF - Importação de matéria prima	US\$	24/01/2022	5,625
NDF - Importação de matéria prima	US\$	24/01/2022	5,549
NDF - Importação de matéria prima	US\$	24/01/2022	5,714
NDF - Importação de matéria prima	US\$	28/01/2022	5,581
NDF - Importação de matéria prima	US\$	28/01/2022	5,714
NDF - Importação de matéria prima	US\$	28/01/2022	5,714
NDF - Importação de matéria prima	US\$	28/01/2022	5,709
NDF - Importação de matéria prima	US\$	28/01/2022	5,710
NDF - Importação de matéria prima	US\$	28/01/2022	5,667
NDF - Importação de matéria prima	US\$	28/01/2022	5,656
NDF - Importação de matéria prima	US\$	28/01/2022	5,627
Total			10,995
	Moeda	Vencimento	
Tipo de instrumento Swap			
Swap - Finimp	US\$	11/07/2022	5,108
Swap - Finimp	US\$	27/06/2022	5,575
Total			10,683
O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras de dólar norte americano e variação da DI foram obtidas a partir da B&MF Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima do vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos de hedge de fluxo de caixa - A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger a compra de matéria-prima (petróleo). O instrumento financeiro contratado antes do início da transição da matéria-prima é considerado contabilmente como derivativo de hedge de fluxo de caixa, sendo que parcela considerada efetiva é registrada no patrimônio líquido no grupo de ajuste de avaliação patrimonial. Após a entrada da matéria-prima importada, que substancialmente coincide com a liquidação do saldo de fornecedores do exterior, a parcela efetiva é registrada no grupo de estoques. Após a matéria-prima ser transformada e vendida na forma de derivado de petróleo, este resultado é reconhecido no grupo de custo dos produtos vendidos. O quadro abaixo apresenta o total das operações de instrumentos financeiros derivativos contratados em aberto em 31 de dezembro de 2021, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e o reconhecimento do resultado dos mesmos nas contas de ajuste de avaliações patrimoniais:			
	Moeda	Vencimento	
Tipo de instrumento Swap			
Swap - Finimp	US\$	11/07/2022	5,108
Swap - Finimp	US\$	27/06/2022	5,575
Total			10,683
O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras de dólar norte americano e variação da DI foram obtidas a partir da B&MF Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima do vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos de hedge de fluxo de caixa - A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger a compra de matéria-prima (petróleo). O instrumento financeiro contratado antes do início da transição da matéria-prima é considerado contabilmente como derivativo de hedge de fluxo de caixa, sendo que parcela considerada efetiva é registrada no patrimônio líquido no grupo de ajuste de avaliação patrimonial. Após a entrada da matéria-prima importada, que substancialmente coincide com a liquidação do saldo de fornecedores do exterior, a parcela efetiva é registrada no grupo de estoques. Após a matéria-prima ser transformada e vendida na forma de derivado de petróleo, este resultado é reconhecido no grupo de custo dos produtos vendidos. O quadro abaixo apresenta o total das operações de instrumentos financeiros derivativos contratados em aberto em 31 de dezembro de 2021, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e o reconhecimento do resultado dos mesmos nas contas de ajuste de avaliações patrimoniais:			
	Moeda	Vencimento	
Tipo de instrumento Swap			
Swap - Finimp	US\$	11/07/2022	5,108
Swap - Finimp	US\$	27/06/2022	5,575
Total			10,683
Passivo			
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	(1.491)		
Patrimônio líquido	(1.491)		
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.789)		
Ativo/Passivo	(1.789)		
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	(1.789)		
Patrimônio líquido	(1.789)		
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.789)		
Além dos montantes apresentados acima como contratos em aberto, durante o exercício de 2021 a Companhia apresentou os seguintes valores pagos por NDFs, já reconhecidos no resultado, conforme segue:			
	2021	2020	
Valores pagos	(28.197)	(13.479)	
Valores recebidos	31.786	(25.012)	
Total	3.589	(11.537)	
Valores pagos	(18.734)	(15.561)	
Valores recebidos	13.159	(23.909)	
Total	(5.575)	(9.350)	
e. Risco de taxa de juros: Perfil - Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:			
	31/12/2021	31/12/2020	
Valor Contábil			
Ativos financeiros	90.700	96.953	
Passivos financeiros	252.690	(170.315)	
Análise de sensibilidade de taxa variável - Uma aumento de 1% nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo.			
	Patrimônio líquido e resultado do exercício 31/12/2021	Patrimônio líquido e resultado do exercício 31/12/2020	
Análise de sensibilidade taxa variável (1%)	252	170	
Alteração na taxa de juros sobre financiamentos	252	170	
Análise de sensibilidade taxa variável (1%)	170	170	
Alteração na taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros, correspondentes aos valores contábeis apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:			
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	
	Valor Contábil	Valor Justo	
Caixa e equivalentes de caixa	90.700	90.700	
Financiamentos e empréstimos	252.690	252.690	
Total	343.390	343.390	
	Valor Contábil	Valor Justo	
Caixa e equivalentes de caixa	96.953	96.953	
Financiamentos e empréstimos	(170.315)	(170.315)	
Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra, considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo. Financiamentos, empréstimos e debêntures: o valor justo dos empréstimos e financiamentos, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os financiamentos e empréstimos estão substancialmente representados por operação de Finimp para capital de giro. 18 Receita líquida de vendas: Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:			
	2021	2020	
Receita bruta de venda de produtos	3.017.588	2.301.075	
Receita bruta de serviços	14.775	17.092	
Impostos sobre vendas	(936.573)	(861.531)	
Vendas canceladas	(3.004)	(889)	
Total da receita operacional líquida	2.092.786	1.455.747	
19 Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2021	2020	
Ganho de processo judicial tributário (a)	20.798	-	
Perdas por impairment (veja nota explicativa 14.c)	(15.184)	-	
Outros receitas	1.263	239	
Total	6.877	239	
Outras receitas (despesas) operacionais	6.877	239	
(a) Ganho de processo judicial tributário - A Companhia possuía ação judicial cujo o objetivo era afastar a majoração das alíquotas de PIS/COFINS dos Combustíveis promovida de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 8.395/15 que foi ajuizada em 2016 e teve seu processo transitado em julgado em outubro de 2021 (5005425-49.2016.4.04.7101/RS), reconhecendo o direito da impetrante de, no intervalo de 01 de fevereiro de 2015 a 30 de abril de 2015, recolher o PIS e a COFINS sobre combustíveis, no âmbito do regime especial do art. 23 da Lei nº 10.865, de 2004, pelas alíquotas da redação original do Decreto nº 5.059, de 2004, afastadas no período as alíquotas do Decreto número 8.395, de 2015, decorrendo daí o direito da impetrante à restituição dos valores recolhidos a mais, atualizados pela taxa Selic, mediante compensação tributária. Os valores atualizados totalizaram R\$ 31.150, sendo que, desse montante, o valor referente ao indébito do principal (R\$ 20.978) foi reconhecido como outras receitas operacionais e a atualização em receita financeira (R\$ 10.172).			
20 Receitas financeiras e despesas financeiras	2021	2020	
Despesas financeiras			
Juros	(14.190)	(4.844)	
Variações cambiais passivas	-	(20.696)	
Variações monetária passivas	(56)	(72)	
Outros	(2.359)	(244)	
Total	(16.605)	(25.856)	

Recitas financeiras			
Juros	5.926	3.487	
Variações cambiais ativas (veja nota explicativa 14.c)	1.084	-	
Variações monetárias ativas	10.172	-	
Outros	325	727	
Total	17.507	4.214	
A receita financeira decorrente de variação monetária em 2021 refere-se principalmente ao reconhecimento da correção pela SELIC dos créditos relativo ao processo de PIS e COFINS, descrito na nota explicativa 19.a. 21 Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:			
	2021	2020	
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social:	(15.136)	(96.567)	
Alíquota fiscal combinada:	349	(349)	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada:	5.146	32.833	
Adições permanentes, líquidas despesas não dedutíveis	352	645	
Exclusão da correção (SELIC) sobre processos tributários (nota explicativa 19.a)	3.458	-	
Reconhecimento do direito de não-tributação (nota explicativa 8.a)	7.130	-	
Outros	(638)	(436)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado:	15.448	33.042	
IR e CSLL corrente	7.130	1.053	
IR e CSLL diferidos	8.318	31.989	
Total			

PUBLICIDADE LEGAL

FORJASUL CANOAS S. A., IND. METALÚRGICA

CNPJ nº 88.313.853/0001-24 – NIRE: 43300003621 – Canoas – RS.

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede social da Companhia sita na Rua Tupi, nº 200, Bairro Igara, em Canoas, RS, CEP 92410-310, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Canoas, RS, em 18 de março de 2022.

Roberto João Manfroi – Conselheiro de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

🗨 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS QUERO-QUERO S.A. - Companhia Aberta NIRE 433002898-4 CNPJ/ME nº 96.418.264/0218-02

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2022, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como a realocação, para a reserva de lucros estatutária, da totalidade do saldo da conta de lucros retidos, constituída em decorrência das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2021; (iii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 7 (sete) membros; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (v) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2022, conforme proposta da administração. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. **Instruções Gerais:** Nos termos do artigo 5º, §3º, da Instrução CVM nº 481/09, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão enviar e-mail ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia (ri@quero-quero.com.br) até 2 (dois) dias antes da Assembleia (i.e. até o dia 26 de abril de 2022), solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação a distância, e enviando os seguintes documentos à Companhia, conforme aplicáveis:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal ⁽¹⁾	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista ⁽²⁾	-	X	X
Regulamento consolidado do fundo ⁽²⁾	-	-	X

⁽¹⁾ Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.
⁽²⁾ Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. Excepcionalmente, diante da atual situação da pandemia da COVID-19, não será requerido que os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira sejam traduzidos para a língua portuguesa ou registrados no Registro de Títulos e Documentos. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, que não será necessário o envio físico dos documentos que já tenham sido enviados de maneira eletrônica caso estes tenham sido produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Itaú Unibanco S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelo do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.quero-quero.com.br>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Instrução CVM nº 481/09 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. **Voto Múltiplo:** Em cumprimento ao disposto no artigo 141 da Lei nº 6.404/76, na Instrução CVM nº 165/91 e no artigo 4º, inciso I, da Instrução CVM nº 481/09, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento). Cachoeirinha, 21 de março de 2022.
 Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.



- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A
CNPJ/MF 92.721.232/0001-57
NIRE ° 43300003183

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S/A a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 20 de abril 2022, às 15 horas, na sede da empresa, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 8201, em Canoas/RS, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021;
3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art. 196, da Lei nº 6.404/76;
4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal;
5. Eleger membro do Conselho de Administração para preenchimento de vaga resultante da renúncia de Conselheiro eleito, observadas as disposições constantes do Art. 147 da Lei nº 6.404/76.

EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: (i) Alterar o artigo 17, para adequar a nova composição de Diretoria; (ii) Renumerar o parágrafo único, do Artigo 20, para Parágrafo Primeiro; (iii) Incluir o Parágrafo Segundo do Artigo 20 para inclusão de melhores práticas de governança; (iv) Incluir o Parágrafo Terceiro do Artigo 20, para aprimoramento de melhores práticas de mercado referente à remuneração de Administradores; (v) Ajustar a redação do artigo 22 de acordo com a legislação vigente; (vi) Alterar o artigo 38, refletindo ajuste redacional; (vii) Alterar o Parágrafo Único do Artigo 38, refletindo ajuste redacional para aprimoramento de melhores práticas de mercado; (viii) Alterar o artigo 40, para inserção do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática conforme as disposições da Resolução CMN 4.945/21, e ajuste redacional do nome Comitê de Elegibilidade e Remuneração;
2. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "2" acima.

Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na Sede da Companhia, em Canoas/RS, na Av. Getúlio Vargas, nº 8201, no setor Secretaria, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Companhia.

Canoas, 22 de março de 2022.
Marivania Ghisleni Fontana
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

-  agencias@jornaldocomercio.com.br
-  comercial@jornaldocomercio.com.br
-  (51) 3213-1333 / 3213-1338
-  (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC



